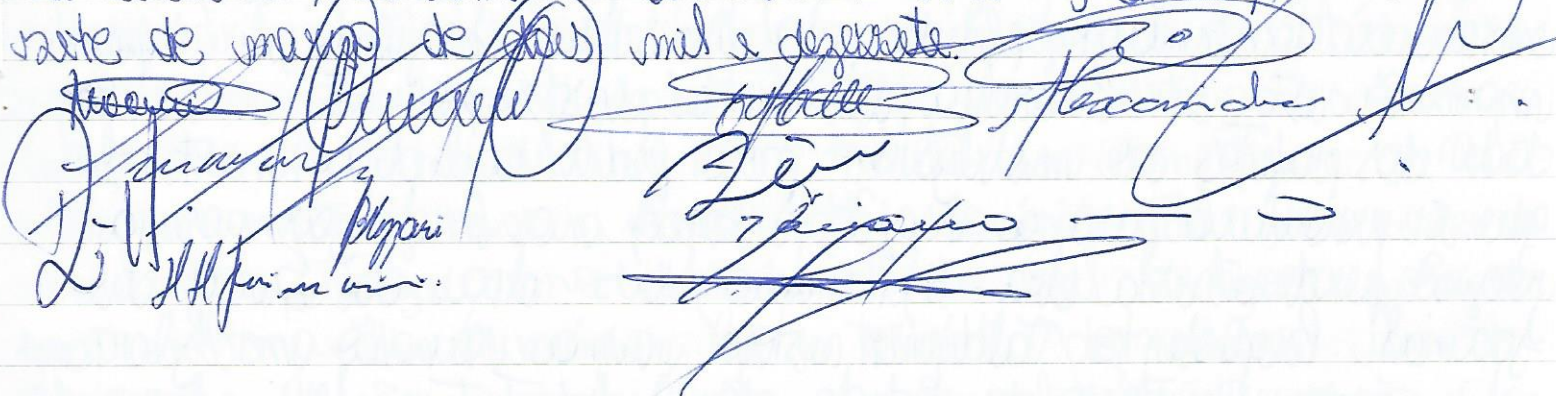


continuidade no estudo junto ao Governo do Estado, da comissão participaram o presidente do Cisl/AMESC, prefeito de Eumo, Aldoir Loderum; presidente da AMESC, prefeito de Novo Grande, Waldionir Rocha, coordenadora do Cisl/AMESC e secretário de Saúde de turno, Kleonice Lima Gubrono; secretário de Saúde de Marauayó, Ilio de Lepelli, e a gerente regional de Saúde, Patrícia Paladini, sendo que esta deverá agendar reuniões o mais breve possível com a Secretária do Estado de Saúde para discutir a gestão do Hospital pelo Estado. Nada mais a ser tratado, eu, Artur de Faria, secretário, soube a presente ata que vai por mim e os membros da diretoria devidamente assinada. Aracaju/SC, vinte e sete de maio de dois mil e dezessete.



ATA 6/2017

Os oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, horas, reuniram-se no auditório da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), os prefeitos que compõem a Associação para tratarem do disposto no edital de convocação nº 006/2017 de 27 de abril de 2017. Compareceu a mesa, o presidente da AMESC, prefeito de Novo Grande, Waldionir Rocha, deu início aos trabalhos para tratar da seguinte ordem do dia: a) Assessoria jurídica para AMESC: foi aprovada, por unanimidade a contratação, e o valor total por mês será de R\$ 10.000,00, e o custo será rateado entre os municípios de forma igualitária, totalizando R\$ 667,67 por município mensalmente, que serão cobrados juntamente com a contribuição mensal da AMESC até o término do pagamento da construção da nova sede. Os prefeitos definiram

que assumem que, por falta de pagamento da construção da última parcela, o valor de R\$ 666,67 deveria de ser cobrado dos municípios; b) Contratação de assessoria técnica para a Comissão Intergestores Regional da Região de Saúde do Extremo Sul Catarinense, que foi aprovada por unanimidade pelos prefeitos, e o custo será dividido entre os municípios de forma igualitária, até o término do pagamento da construção da nova rede. c) Barragem do Rio do Galto: Presidente Taldioni diz que esteve no Ministério da Integração Nacional (MIN) recentemente para tratar do convênio para construção da barragem, que fez o Chuk-lis Tsum a documentação necessária para liberar o projeto, mas a Kasam não enviou a documentação pedida pelo Ministério. Segundo ele, o prefeito não está em Brasília, e sim na Kasam, por isto a necessidade dos prefeitos se mobilizarem para pedir agilidade nesta obra que é prioritária para a região, e caso não nos mobilizarmos, a região perderá esta obra. d) Reinício das obras da Terra do Jacinal: Presidente Taldioni esteve numa reunião em Florianópolis com o Secretário de Estado da Infraestrutura, Luiz Fernando Cardozo, para discutir o reinício das obras da Terra do Jacinal. Segundo ele, a empresa vencedora do processo licitatório deu início da obra, e o processo tramita na justiça. A previsão de Secretário de Estado da Infraestrutura é que até 31 de maio a decisão judicial seja expedida. Após ampla discussão nos dois assuntos, os prefeitos definiram unanimizar e ir para solicitar audiência com o Vice-governador do Estado de Santa Catarina, Eduardo Rinho Moreira; o presidente da Kasam, Walter José Gallina, e o Secretário de Estado da Infraestrutura, Luiz Fernando Cardozo para pressionar a Kasam para agilizar o andamento do processo de licenciamento ambiental para construção da barragem do Rio do Galto e o reinício das obras de pavimentação asfáltica da Terra do Jacinal, em Boia Grande, que tramita na justiça. Prefeito Taldioni informou que em breve teremos novidades sobre a Int

prezados. Ele ressaltou que é necessário a união dos 15 prefeitos para que as suas prioridades saiam do papel, e seja realizada a participação dos deputados da região nestas audiências. d) Assuntos Gerais: O diretor executivo da Associação dos Municípios da Região do Leste do Acre (AMURC), Rui Braun, falou sobre a municipalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Segundo ele, em 2016, os 15 municípios da Amesc arrecadaram R\$ 247.774,64. Na Amurc, que são cinco municípios não estão nenhum pouco satisfeitos. Rui disse que em 2014 os 15 municípios da Amesc assinaram com o Ministério Público de Ponta Grossa o termo de Cooperação Técnica do Programa Saúde Fiscal, que tem o objetivo de adotar providências para aperfeiçoar a legislação tributária municipal, então é necessário implementar ações neste sentido, e a municipalização do ITR é uma delas. O ITR é tributo de competência da União e tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizada fora da zona urbana do Município. Por intermédio de convênio com os Municípios, a União concede o direito de fiscalização, arrecadação e cobrança aos Municípios conveniados. Conforme ele, hoje os municípios que não são conveniados com a Receita Federal, ficam com 50% do valor total arrecadado com o ITR, e a União com 50%. Na região da Amesc, são conveniados os municípios de Meluru, Boca Grande e Turvo, que recebem a totalidade do valor arrecadado, e que o dinheiro vem, mas a obrigação de fiscalizar vem junto. Ele ressaltou que a União não tem estrutura para fiscalizar o ITR, e que na região da Amesc é arrecadado muito pouco com o ITR. Ruffino Eder sugeriu que todos os municípios formalizem o convênio com a Receita Federal para o ITR, e todos os 15 municípios da Amesc façam a revisão juntos dos valores, com atualização da planta de valores. Presidente Oaldionier agradeceu a participação de Rui Braun, da Amurc, e disse que a Amesc está a disposição. Na sequência, o presidente Oaldionier informou que o voucher do hotel e do almoço para a 20ª Marcha a Brasília em defesa dos Municípios que corre em Brasília de 15 a 18 de maio

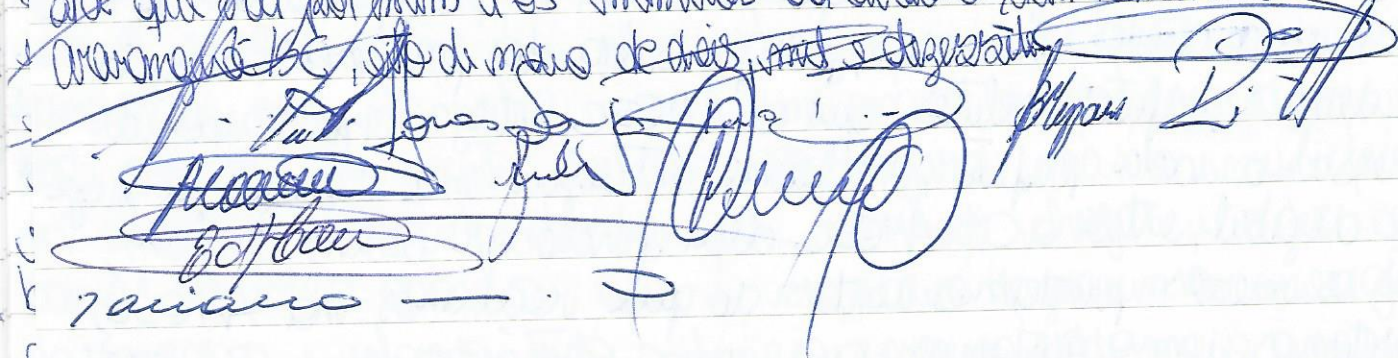
for colocada na pasta dos prefeitos entregue no início da reunião, e
divididos podem ser somados com a gerente executiva da Amesc, Ester
Zanetta Borp. Prefeito Mariano sugeriu que a Amesc solicite que a dívida
dos precatórios dos municípios seja debatida na 20ª marcha. Prefeito
Juscelino pediu a Amesc apoio para elaboração dos Planos Municipais
de Monitoramento dos Sítios Arqueológicos, assunto que está sendo
tratado com o Ministério Público Federal pelos municípios de Araxá,
Bom. Arreio do Sabão, Bom. Gama e Bom. de Torres. Prefeito Arlindo
disse que no município de Maravá a abertura de uma mina está
paralisada porque não foi feito o estudo arqueológico. Prefeito Zélio
pediu aos prefeitos que se mobilizem pela derrubada do Ato nº 52/2016
do Presidente Michel Temer, no Projeto de Lei nº 386, de 2012 (Transforma-
do na Lei Complementar nº 157/2016) que altera os dispositivos acerca
da incidência do Imposto de Renda sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN
dispostos na Lei Complementar nº 116/2003. Segundo ele, os municípios
perdem muitos recursos anualmente quanto ao ISS. Presidente Valdimir
informou que a Ester já enviou a cada deputado e senador mensagens
de textos e e-mails pedindo apoio para que votem pela derrubada
do ato, e em sua maioria eles se comprometeram a votar pela derrubada.
Para os 15 municípios da Amesc serão mais R\$3.500.000,00 a mais na
arrecadação por ano. Mandando frequência os assuntos gerais, o presidente
Valdimir passou a palavra ao prefeito e presidente do comércio de saúde
Adelair Sadem, que entregou a cada prefeito um relatório resumido das ven-
tas do comércio, com o estoque de medicamentos, saldos a receber dos
municípios, e o valor nas vendas bonificadas. Disse que o comércio terá im-
postos atrasados em virtude do não recolhimento dos débitos das prefeituras,
que gerou um débito de R\$ 1.153.000,00 de FGTS e encargos sociais.
Os prefeitos definiram que após fechar o mês o comércio de saúde
enviará a nota fiscal, e o município terá 30 dias para quitar o débito com o
Cis AMESC. Como o débito não foi quitado, será suspenso o fornecimento
de medicamentos e a prestação de serviços para o município devedor. Prefeito
Mariano disse que logo o comércio de saúde iniciará ações desde forma
no ano de 2016, e o município de Araxá não terá dívida com o comércio

Conforme ele, o débito do município de Araramanguá com a CIS AMESC neste ano é de R\$40.000,00, e mais de R\$800.000,00 com o prefeito anterior. Prefeito Tiago diz que na tabela de comparativo de preços dos serviços prestados pela CIS AMESC e a CIS AMBEC aparece os prefeitos. Há maior parte dos serviços prestados na CIS AMBEC são mais baratos. Ele reforça que quando se forma um consórcio é para trazer benefícios, então é necessário reaver estes valores. Prefeito Adair diz que na CIS AMESC o município paga por serviço prestado, e na CIS AMBEC cada município consorciado paga R\$4.000,00 mensais para manutenção do consórcio, mesmo que nem determinado mês não compare momentos ou utilize os serviços. Já na CIS AMESC não tem mensalidade, e o valor para manutenção do consórcio é cobrado neste valor a maior das consultas e exames. Presidente Valdonir diz que não concorda com esta forma de cobrança, e garante que o correto é cobrar mensalidade dos municípios para manutenção do CIS AMESC e praticar os mesmos valores dos serviços praticados pela CIS AMBEC. Prefeito Tiago afirma que também é da mesma opinião do Presidente Valdonir. Prefeito João Batista diz que tem enfrentado problemas com a CIS AMESC porque o prefeito anterior contratou os funcionários para atuar no Programa Estratégico Grande da Família através do CIS AMESC, e uma funcionária que foi admitida em 2 de fevereiro de 2017 recorreu a Promotoria Pública, e o promotor notificar o município para esclarecimentos. Segundo ele, o município fez uma avaliação, já que é uma nova administração, e descobriram que o contrato existente com a CIS AMESC não estava vigente, e também não pedia os encargos com rescisão e a taxa de administração, e mais outros itens; que foi feito levantamento, e em 2016 a CIS AMESC cobrou a mais do município de Jacinto Machado do que foi prestado de serviços, R\$90.000,00 entre taxas de administração que são devidas para rescisão, e R\$80.000,00 de taxas; que agora estão pagando levantamento de todos os anos que tem este contrato com a CIS AMESC; que fizeram acordo com o promotor de justiça para fazer a rescisão com a CIS AMESC e a contratação através de processo seletivo pela prefeitura. Conforme ele, o Ricardo queria

colocar de Jacinto Machado R\$ 400.000,00 de emargens sociais para fazer a revisão, mas chegaram a conclusão que o município não teria que pagar isto porque o contrato não prevê, e só fizeram estas cobranças a mais. Ele finalizou afirmando que todos os municípios são solidários com o CIS AMESC; que é a primeira vez que recebe prestação de contas do consórcio; que não sairá como funcionária o CIS AMESC; que não está disposto que Jacinto Machado não pague, mas o município paga já o que é realmente devido; que não pode chegar a dizer que irá bonificar os R\$ 40.000,00; que é necessário fazer uma reorganização do consórcio e colocar tudo a limpo, porque está muito confuso com esse valor esta situação. Prefeito Aldair diz que a preocupação dele e do presidente Valdimir é deixar tudo transparente no CIS AMESC, e fazer funcionar, o que está certo deixar, e o que tem para corrigir deve ser corrigido. Prefeito Arlindo diz que os medicamentos para o município de Maracá são comprados do consórcio, já os serviços de saúde não. Perguntado de Afonso Lepiti, secretário de Saúde do Município, tem vasto conhecimento da área de saúde, e apresentará aos municípios onde contrata serviços de saúde com valor bem baixo dos praticados pelo CIS AMESC. Prefeito Marinho diz que o consórcio de saúde pode continuar a prestar certos serviços porém é necessário pensar que contratar servidores para atuar na área de saúde dos municípios através do CIS AMESC é totalmente equivocada; que fez isto quando foi prefeito em outra oportunidade, com parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado de SC, mas hoje ele vê que não é a forma correta. Ele pediu que o consórcio não faça mais a contratação de nenhum funcionário para atuar nas prefeituras, porque isto tem gerado um grande prejuízo aos municípios e ao CIS AMESC, principalmente porque os funcionários contratados são para atuar em programas do Governo Federal que podem ser extintos a qualquer momento; que este assunto tem que ser revisado, porque não ficará mais favorável aos municípios, e deve ser discutido com o Ministério Público que não se pode ter concursos para programas que podem deixar de existir a qualquer momento. Prefeito Celso diz que o consórcio trás benefícios aos municípios, mas a situação é preocupante, e precisa ser revista, que é necessário fazer uma salatinada, porque daí mesmo, já que

os municípios são solidários no valor, apesar de Melvin estar em discussão com o consórcio. Prefeito Zírio falou que tem que mudar o estatuto urgente, de privado para público, conforme já foi decidido em 2016. Presidente Baldunir disse que desde que assumiu a presidência da AMESC está em busca destes números, porque falta dos problemas, assim como os demais prefeitos reeleitos; que a AMESC entrega a prestação de contas mensal a cada prefeito, inclusive entregou na reunião de hoje o balanço de abril, então o CIS AMESC deve funcionar assim também; que todos os meses prestamos contas do que recebemos na AMESC, onde gastamos, como gastamos; que um consórcio que não presta contas, que ninguém sabe quanto vendeu, quanto recebeu, no que comprou, no que gastou, está errado. Prefeito Eder falou que a Secom está fazendo tratativas com o Tribunal de Contas do Estado de SC para fazer ata de registro de preços para aquisição de medicamentos, e os municípios poderão aderir. Prefeito Tiago disse que já solicitará na assembleia extraordinária de maio ao diretor do CIS AMESC, Ricardo Gheller, até o momento não recebeu, a nomeação da diretoria do consórcio, quem são os membros que tem voto, e a relação para saber quem manda. Prefeito Arlindo surgiu estudar com o jurídico esta questão do estatuto do CIS AMESC, e trazer para o público para os prefeitos administrarem. Prefeito Zírio disse que em primeiro ato a ser feito é mudar o regime de consórcio de privado para público, e trazer o CIS AMESC para a AMESC, e depois discutir o regime de preço. Presidente Baldunir informou que em 2016 os prefeitos já haviam iniciado as tratativas para alterar o estatuto do CIS AMESC e transformá-lo em público. Prefeito Marinho falou que é preciso tomar os problemas do consórcio, definir o regime jurídico e determinar o que pode e o que não pode ser feito; que quando presidente do CIS AMESC realize auditoria. Presidente Baldunir finalizou a reunião dizendo que quiser deliberado pelos prefeitos que o jurídico estudará o regime jurídico do CIS AMESC, e apresentará na próxima assembleia geral ordinária da AMESC que ocorrerá dia 5 de junho de 2017, e convidou os prefeitos para visitarem

as doas da pavimentação da Serra da Moimboa (BR 285), em timbê do Jul
dia 11 de maio, às 13h30 min, com saída em frente a prefeitura. Nada
mais há ser tratado, eu, Adilson Rocha, Secretário, lancei a presente
ata que vai por mim e os membros da diretoria devidamente assinada.
Araranguá, 11 de maio de 2014, mil e dezessete.


Amaral
Gottschalk
Zaniero

ATA 7/2014

Os cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete
às quatorze horas, reuniram-se no auditório da Associação dos
Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMES), os prefeitos que com-
põem a Associação para tratarem do disposto no edital de convocação nº
007/2014 de 31 de maio de 2014. Compôs a mesa, o presidente da AMES,
prefeito de Norte Grande, Adilson Rocha, deu início aos trabalhos para tra-
tar da seguinte ordem do dia: A) Apresentação pela Federação das Entidades
Habilitadoras dos Empregados nos Cerejos, Telégrafos e Similares
(FENAHTECT) do Projeto de Habitação de Interesse Social para famílias,
através do Programa Minha Casa Minha Vida: o diretor de Habitação da
FENAHTECT, Pedro Binatti, informou que a Federação tem sua atuação
voltada a luta pela moradia própria dos trabalhadores dos cerejos, sendo
a maior competência da instituição a organização cooperativa dentro dos com-
municados do Brasil, que é compromisso da Federação o acesso da população
de baixa renda à casa própria e a conscientização político-social e
cultural do ser humano, que a FENAHTECT está devidamente habilitada
para desenvolver Projeto de Habitação de Interesse Social para famílias,
através do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades - Recursos funda-
dos de Desempenho Social (FDS) e Fundo de Garantia por Tempo de
Serviço (FGTS), tendo já concluído a construção de 3.000 unidades habi-
tacionais (em desenvolvimento) que o Município) em todo o território nacional,